

• Política

ave pa

CONSTITUINTE

Parecer de Saulo Ramos vira livro do "Centrão" contra redução do mandato

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Devido à decisão da Comissão de Sistematização de encurtar de seis para quatro anos o mandato presidencial, o consultor geral da República, José Saulo Ramos, começou a buscar os argumentos que poderiam ser condensados em um parecer jurídico, caso o governo decidisse questionar essa decisão junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O que era para ser um parecer jurídico, o "Centrão" acabou transformando em livro. Está para chegar às livrarias a tese levantada pelo consultor Saulo Ramos, que sustenta cinco anos de mandato para o presidente José Sarney.

O título inicial da obra — "Limitações de poderes e competência do Congresso Nacional nas funções constituintes" — revela, por si, qual o caminho trilhado pelo consultor para garantir a Sarney mais um ano no Palácio do Planalto.

Valendo-se de obras de juristas nacionais e estrangeiros, Saulo Ramos, que não é estreante no ramo — há poucos meses lançou um livro de poesias com prefácio do presidente Sarney — procura demonstrar que a Assembleia Nacional Constituinte, ao reduzir o mandato, estaria dando "um golpe de Estado". Esse ato, que classifica de "revolucionário", seria concretizado pela abolição da República e federação; da independência dos poderes constituídos; das regras instituidoras das Forças Armadas e segurança do Estado; a alteração dos direitos e garantias individuais; do regime democrático, do sistema representativo de governo e do pluralismo político e do tempo de mandato e os poderes do presidente da República investido no cargo.

A tese norteadora do trabalho é a de que a Assembleia Nacional Constituinte, pelas características de sua convocação e funcionamento, é um órgão reformador, detentor de poderes secundários, porque deriva da Constituição em vigor.

A Constituinte é derivada porque tem apenas poderes de reforma que, embora sejam amplos, não tem força e autoridade suficientes "para permitir deliberações sobre o que não poderia o Congresso decidir por simples emendas". Isso porque é o próprio Congresso, formado pela Câmara e Senado, constitui a Assembleia Constituinte com permissão para deliberar por maioria absoluta, conforme prevê a emenda 26 que convocou a Assembleia Constituinte.

Essa emenda, sustenta, resultou de uma iniciativa do Poder Executivo, que é um poder constituído, foi aprovada e promulgada pelo Legislativo, também poder constituído, cujos membros deram a si mesmos função de reforma constitucional. Esse mesmo entendimento está previsto no regimento interno da Constituinte, assegura Saulo Ramos, porque também nesse dispositivo se faz referência aos poderes constituídos.

A expressão "livre e so-

Líder do PDT acha que está sendo perseguido

por Zanoni Antunes de Brasília

O líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro (RJ), pediu ontem à mesa da Câmara dos Deputados que proceda a uma vistoria técnica no aparelho telefônico de sua residência em Brasília. A suspeita de que o seu telefone está "grameado", segundo Monteiro, surgiu com a instalação de um aparelho eletrônico para detectar violação nas comunicações telefônicas.

A solicitação de Monteiro para que a Câmara providencie uma vistoria do aparelho foi baseada, de acordo com o seu autor, na Constituição em vigor, que assegura a inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas. Na hipótese de vir a ser confirmada a violação telefônica, o parlamentar pedista quer que a Câmara dos Deputados envie ofícios aos ministros Ivan de Souza Mendes (SNI), Antônio Carlos Magalhães (Comunicações) e Paulo Brossard (Justiça), para que sejam informados do fato e identificados os seus responsáveis.

"A escuta telefônica ilegal foi utilizada pelo regime autoritário como instrumento para espionar as atividades políticas e privadas das oposições. Esperava-se que a Nova República encerrasse definitivamente essas práticas



Saulo Ramos

berana", contida na emenda número 26, segundo o consultor, "diz respeito à liberdade e soberania com que pode e deve deliberar sobre assuntos de sua competência dentro dos limites — do poder secundário de reforma, como o faria, e por certo o fará, o Congresso Nacional quando emendar a Constituição, usando os poderes constituintes residuais". Só há Constituinte com poderes originários, quando é quebrada a ordem política e jurídica. Havendo, porém, uma Constituição em vigor, a assembleia convocada é poder reformador devido à vontade da ordem constituída, afirma.

Além dos argumentos jurídicos, Saulo Ramos também cita os fáticos, lembrando que a "maioria absoluta do Congresso foi eleita à sombra do Plano Cruzado, proclamando juras de fidelidade ao presidente Sarney. Em nenhum momento colocou-se em debate a alteração do sistema de governo e muito menos o mandato do chefe do Executivo ou a autonomia do Poder Judiciário", como decidiu a Comissão de Sistematização ao optar pelo parlamentarismo, quatro anos para o presidente, em vez de seis, e criar o Conselho Nacional de Justiça.

Tais decisões podem levar à "inconstitucionalidade das reformas constitucionais" — tese aceita atualmente pela doutrina — cabendo, nesse caso, a intervenção do Supremo Tribunal Federal, que teria a obrigação de resguardar os grandes princípios da Constituição, acredita o consultor.

Contudo, as decisões da Sistematização não desagradariam somente ao consultor da República. Por não ter podido participar da elaboração do projeto de Constituição, a maioria dos constituintes se uniu, formando o "Centrão". Embora a questão do mandato não esteja oficialmente na pauta de discussões do grupo, a sua tendência conservadora e as dificuldades de um acordo para possibilitar o início da votação final do projeto podem inviabilizar as eleições presidenciais no próximo ano. E talvez contando com essa possibilidade que Saulo Ramos não tenha precisado exercer nesse caso seu dever de funcionário do governo, exercendo o "de cidadão e jurista", ao menos para que os futuros estudantes de direito não se estarrecam com o silêncio daqueles que tinham o dever de falar e calaram", conforme ele mesmo concluiu no seu livro.

ilegais e antidemocráticas", afirma o deputado em seu requerimento à mesa da Câmara.

Um assessor do Ministério das Comunicações, no entanto, disse que na hipótese de comprovada a denúncia o caso deve ser encaminhado à polícia, uma vez que garante que as empresas telefônicas não fazem esse tipo de violação. O assessor de imprensa do Ministério da Justiça, Luiz Fernando Valls, disse que, no caso de a Câmara oficializar ao Ministério da Justiça, a Polícia Federal poderia ser convocada para investigar.

REGISTRO

"Vitória do PT mostra tendência"

A vitória do PT nas eleições de Vila Velha, no Espírito Santo, mostra — segundo Vitor Buaz, deputado federal — que o povo reconhece o partido como uma alternativa de poder, uma mudança contra as oligarquias e as pressões do poder econômico. "A eleição nos mostrou que é possível, sem corrupção, sem clientelismo, vencer os candidatos apoiados pelo poder econômico", afirmou Buaz, possível candidato do PT à prefeitura de Vitória.

Ulysses adia mais uma vez a negociação do regimento

por Andrew Greenlees de Brasília

"Agora, só a força". O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, indicou ontem desta forma o grau de dificuldade para conseguir um acordo entre o "Centrão" e os partidos de esquerda em torno das alterações no regimento interno. Numa medida que já se torna rotineira, Ulysses adiou para hoje o encontro dos líderes partidários com o objetivo de concluir as negociações.

Inicialmente, havia uma reunião marcada para on-

tem, mas um dos coordenadores do "Centrão", o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), solicitou a Ulysses mais tempo para consultar os demais dirigentes do bloco suprapartidário sobre uma proposta apresentada na véspera pelos partidos de esquerda.

"Quando acho que não vai dar certo, não perco meu tempo", disse Ulysses aos jornalistas, deixando claro que, apesar das dificuldades, ainda vê chances de um entendimento antes do final da semana.

O "Centrão" reagiu prin-

cipalmente à proposta de que os partidos com número de constituintes entre 15 e 40 tenham direito a 12 requerimentos de votação em separado de determinados itens, independentemente de assinaturas de apoio. Os partidos com menos de 15 membros, teriam dois pedidos cada.

Segundo outro líder do "Centrão", deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), aceita esta fórmula. A esquerda teria condições de votar em separado cada dispositivo proposto pela ala conservadora, que, por

sua vez, já estaria apoiada em 280 assinaturas para a apresentação destas propostas.

A partir daí, conforme acrescentou o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), caso nenhum dos dois lados conseguisse a maioria absoluta de votos (280) para seus textos, estará caracterizado o "buraco negro", ou seja, o tema não será abordado na Constituição. "O presidente Ulysses Guimarães está procurando uma saída para isto", disse Cardoso Alves.

Ministros acreditam em 5 anos

por Edson Beú de Brasília

A cada dia, cresce no governo a certeza de que, "até por razões técnicas", como disse, por exemplo, o ministro Aluizio Alves (Administração Pública) o presidente José Sarney acabará governando o País até 1990, apesar da decisão da Comissão de Sistematização que reduziu seu mandato para quatro anos.

Ontem, por exemplo, os ministros que estiveram pela manhã no Palácio do Planalto, apresentando os cumprimentos de fim de ano a Sarney, manifestaram essa convicção sem meias palavras. Luiz Henrique (Ciência e Tecnologia), que até há pouco tempo exercia o cargo de líder

do PMDB na Câmara dos Deputados, acredita plenamente na aprovação do mandato de cinco anos. "Isso se deve a uma série de circunstâncias, até mesmo pelo fato de a Constituinte avançar seus trabalhos pelo próximo ano", explicou. Mas não é só devido a um atraso no cronograma da Constituinte que o mandato de Sarney será estendido até 1990, segundo o ministro, que sempre viu "uma tendência majoritária nesse sentido", conforme assinalou.

O ministro Aluizio Alves afirma: "Pelos contatos que tenho nos meios parlamentares, estou convencido de que, por motivos técnicos — até de tempo —, a eleição será em 1989". O ti-

momento é de tratar da Constituição". Por isso, "enquanto não tivermos uma nova Constituição, não há o que falar em candidatura", censura.

O ministro Antônio Carlos Magalhães, hoje, um dos principais articuladores políticos de Sarney, também está convicto de que o plenário da Constituinte vai conferir cinco anos para o presidente. "Tudo está indicando que sim", afirmou. O ministro vê a proposta da Comissão de Sistematização como resultado de "uma aspiração pessoal" de alguns candidatos.

Um dos ministros da Casa tem um motivo mais concreto para voltar a acreditar na tese dos cinco anos, um mês após o impacto sofrido pelo governo, dia 15, na Comissão de Sistematização. Uma pesquisa feita pela LPM, e, segundo ele, encomendada pelo bloco suprapartidário "Centrão", indica que entre 408 dos 559 constituintes, 48% são a favor de cinco ou seis anos e 42% de quatro. Também, de acordo com a pesquisa, 55% defendem o sistema presidencialista de governo. A encomenda de pesquisas à LPM para apurar opinião sobre temas da Constituinte tem sido uma prática comum no Palácio do Planalto.

Desta vez, porém, coincidindo com o silêncio que o presidente Sarney passou a adotar em relação ao assunto, o ministro negou qualquer envolvimento do governo na iniciativa.

PFL quer fortalecer atuações partidárias

por Cecília Pires de Brasília

A executiva nacional do PFL, reunida ontem, decidiu trabalhar para que os partidos sejam fortalecidos na Constituinte. A preocupação da direção do partido é que o surgimento de grupos suprapartidários que passaram a negociar no lugar dos partidos poderá levar a Constituinte a um impasse. "Resgatar as decisões de partido é a única forma, numa democracia representativa, de assegurar um cronologia compatível para concluirmos a Constituinte", revelou o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli.

O senador argumentou que estes grupos inorgânicos, como o "Centrão", descaracterizaram as posições dos partidos. "São grupos que não sabemos por quantas pessoas são formados, quem os comanda, o que impossibilita até mesmo o estabelecimento de regras", disse Chiarelli, referindo-se ao "Centrão".

Na opinião do líder, "todos reconhecem que estamos vivendo um momento de descrença da classe política, de desagrado com a Constituinte". E esta descrença, em sua opinião, é consequência desta descaracterização dos partidos.

Se estes grupos continuarem sendo os canais de negociação dentro da Constituinte, na opinião de Chiarelli, levarão a situação a um impasse. Para retornar o comando das decisões aos partidos, o PFL decidiu fazer uma listagem dos pontos polêmicos ou prioritários, trabalhar no sentido de criar sugestões sobre estes temas, tentando compatibilizar os resultados com o programa do PFL.

"O partido não deve ser um instrumento de submissão, mas tem de propor para permitir composição. As recomendações não podem ser propostas partidárias, mas devem redirecionar o partido para alguma linha mais definida. E preciso tirar a Constituinte deste impasse", concluiu Chiarelli.

A atuação de Jobim em seu primeiro mandato

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Um dos melhores articuladores e regimentalistas do PMDB na Constituinte não é um veterano, mas sim um deputado de primeiro mandato — o gaúcho Nelson Jobim, de 41 anos.

Assim como seus colegas Jarbas Passarinho, do PDS, que consegue saber de cor vários artigos do regimento interno, e José Genoino, do PT, capaz de levantar intrincadas questões de ordem de base regimental que interessem a seu partido, Jobim transita com facilidade pelo emaranhado de regras do regimento.

Esse conhecimento deve-se ao desejo de conhecer as regras que iriam nortear os passos da Constituinte e a sua formação teórica em Filosofia Analítica, Lógica Matemática e Direito.

"Eu vim fazer uma Constituinte", diz Jobim, e é por isso que desde janeiro está instalado em Brasília com toda a família, tendo voltado ao Rio Grande do Sul apenas três vezes desde então.

Contudo, hoje demonstra um real interesse pela tarefa. Até poucos meses antes da eleição, em novembro do ano passado, Jobim sequer se imaginava candidato.

Ele mesmo é o primeiro a declarar que a sua candidatura se deu por acaso. Em março de 1986, o candidato natural de seu partido, o ex-deputado João Gilberto, reafirmou ao PMDB sua intenção de não se recandidatar.

Como não havia candidato, Jobim foi procurado por membros do Diretório Estadual, do qual era filiado. Mesmo não sendo um militante do partido, Jobim era o que se pode chamar de figura pública, havia sido vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio Grande do

Sul, em 1985 e em 1986, pertencendo ao Instituto dos Advogados de seu estado e era professor da Universidade Federal de Santa Rita, sua terra natal.

Desde a divisão dos constituintes em comissões e subcomissões, Jobim se destacou como o homem encarregado pela liderança do PMDB de juntar, analisar e conciliar os textos das emendas apresentadas por seu partido.

Por ter bom trânsito entre os parlamentares, Jobim sente que seu partido deverá ser redefinido. O PMDB está dividido e Coavas lidera uma escassa maioria, diz. Hoje, apenas 50 ou 60% da bancada está ligada ao programa do partido. A definição, de quem é quem só virá à tona na votação do projeto de Constituição, acredita.

Ele não subestima a força do "Centrão". Contudo, na sua opinião, o grupo trabalha com uma maioria omissa, que na hora da votação aparece e age como um martelo, derrubando qualquer outra posição, dissolvendo-se a seguir. Porém, acha difícil manter essa manobra por muito tempo.

Também não se preocupa com a chamada Direita ou Esquerda, embora considere difícil manter entendimentos com parlamentares radicais das duas tendências. Se tiver de escolher fica com o da Esquerda porque "esta discute, mas na hora crítica, aceita, porque sabe que foi feito o que era possível".

Para ele, a maioria na Constituinte não é formada nem pela Direita, pela Esquerda ou pelo Centro. E formada por constituintes com tendências de Direita a liberais de Centro. Dependendo para onde pender a votação dessa maioria é que se definirá o princípio da futura Constituição, afirma.